



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

<b>EDITAL</b> <b>LEI 14.133/2021</b>			
<b>Pregão Eletrônico n. 90002/2026/PR/RO</b> <b>UASG 200046</b>		<b>Abertura: 18/05/2026 às 9h (horário de Brasília-DF)</b> <b>no sítio <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/">https://www.gov.br/compras/pt-br/</a></b>	
<b>PGEA</b> 1.31.000.000484/2026-11	<b>SRP?</b> Não	<b>Exclusiva ME/EPP?</b> Sim	<b>Reserva de quota ME/EPP?</b> Não
<b>Objeto</b>		<b>Decreto 7.174?</b>	<b>Margem de preferência?</b>
Fornecimento <b>continuado</b> de camisetas personalizadas, destinadas a campanhas institucionais.		Não	Não
<b>Valor estimado</b>		<b>Vistoria</b>	<b>Amostra/ Demonstração</b>
<b>R\$ 20.007,00 (vinte mil e sete reais, referentes ao termo inicial do contrato, de um ano)</b>		Não se aplica	Não
<b>Pedidos de Esclarecimento e Impugnações</b>			
Conforme a seção XIII deste Edital deverão ser encaminhados até <b>13/05/2026</b> por meio do sistema de peticionamento eletrônico do MPF: <a href="http://mpf.mp.br/mpfservicos">mpf.mp.br/mpfservicos</a> ao setor SLDE da PR-RO, ou por meio do e-mail <a href="mailto:PRRO-slde@mpf.mp.br">PRRO-slde@mpf.mp.br</a> .			
<b>Envio de Documentação</b>			
O documento de proposta e os documentos de habilitação deverão ser anexados até antes da abertura do pregão.		Após a fase de lances só será permitido o envio de atualização de documentos, a exemplo da proposta com preço atualizado a ser enviada em até <b>2 (duas) horas</b> após a convocação realizada pelo Pregoeiro.	
<b>Documentação de habilitação</b>			
<b>Requisitos básicos:</b> SICAF ou documentos equivalentes para as constatações da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômica (ressalvados os arts. 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006); CEIS; Declarações do Edital.			
<b>Requisitos específicos:</b> não há.			
<b>Modo de Disputa</b>		<b>Forma de Adjudicação</b>	
<b>Aberto</b>		<b>Menor preço unitário</b>	
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões da PR/RO pelo endereço <a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras</a> , ao se selecionar a " <b>Unidade Compradora</b> " 200046 e situação " <b>Em andamento</b> " ou " <b>Aberto para proposta</b> ".			
O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Comprasgov, da forma explicada acima, e no endereço: <a href="http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes">http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes</a>			

Assinado com login e senha por ELIAS JUSTO SALVADOR, em 28/04/2026 11:47. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 0bf05d0a.f5c692e9.6b6777bb.5b24e23f



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA**  
**SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**Pregão Eletrônico N. 90002/2026**

**Lei n. 14.133/2021**

**LICITAÇÃO TIPO MENOR PREÇO (IN SEGES/ME 73/2022)**

**PROCESSO:** 1.31.000.000484/2026-11

**OBJETO:** Fornecimento **continuado** de camisetas personalizadas, destinadas a campanhas institucionais.

**PRAZO PARA ENVIO DE PROPOSTA:** De 04/05 até as 08:59 de 18/05 (horário de Brasília-DF)

**DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:** 18/05/2026

**HORÁRIO:** 09h00min - Horário de Brasília – DF

**UASG:** 200046 – Procuradoria da República em Rondônia.

**RETIRADA DO EDITAL:**

<http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes>

Consultar Licitações, e no portal Comprasgov: [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÕES:** <https://apps.mpf.mp.br/spe/login> ou encaminhado ao setor SLDE (Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas)

**TELEFONE:** (69) 3216-0530 **E-mail:** PRRO-slde@mpf.mp.br

A **PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA - PR/RO**, CNPJ n. 26.989.715/0026-60, **UASG 200046**, sediada à Rua José Camacho, n. 3307, Bairro Embratel, Cep: 76.820-886 - Porto Velho – Rondônia, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria PR/RO n. 136/2025, torna público que realizará licitação sob a modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei 14.133/2021 e legislação adicional aplicável**, por meio do sistema **COMPRASGOV** (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O modo de disputa será o **aberto** (Lei n. 14.133/2021, Art. 56).

Cópias deste Edital estarão à disposição de qualquer pessoa para consulta, bem como para sua retirada pelas empresas interessadas no Portal da Transparência do MPF na internet <http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes> - link - [Consultar Licitações](#) ) e no Compras.Gov ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)).

## **I – OBJETO**

1.1 – O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de fornecimento contínuo de camisetas personalizadas para atender ao MPF/RO, com o objetivo de serem utilizadas em campanhas institucionais.

1.2 – Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Compras.gov e as constantes neste instrumento, o licitante deverá obedecer a este último.

1.3 – A licitação será realizada em único item, e a descrição, quantidade e estimativa de preço dos produtos a serem adquiridos estão discriminadas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **II – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), sendo o certame de participação exclusiva para **micro empresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.123/2006**.

2.2 – O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do

sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5 – Será concedido, no que for aplicável, tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.**

2.5.1 - A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6 – Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 – aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 – autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3 – empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4 – pessoa impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5 – aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica,

financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6 – empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7 – pessoas que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8 – agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n. 14.133, de 2021;

2.6.11 - sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.12 - empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.7 – O impedimento de que trata o item 2.6.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a sancionado, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8 – A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2. e 2.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob

supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9 – Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10 – O disposto nos itens 2.6.2. e 2.6.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11 – Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar quem integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei n. 14.133/2021.

2.12 – A vedação de que trata o item 2.6.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **III – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1 – Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado para cada item/subitem, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2 – No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do **sistema**, que:

3.2.1 – está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 – não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos

termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 – não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 – cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 – O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou ente equivalente deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n. 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n. 14.133, de 2021.

3.4.1 – nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “*não*” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou ente equivalente.

3.4.2 - A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.5 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.5.1 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.6 – Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.7 – Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.7.1 – a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os



lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.7.2 – os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.7.3 – O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo de sua proposta parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.7.3.1 – valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.7.3.2 – percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.8 – O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo de proposta parametrizado na forma do item anterior possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.9 – Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.10 – O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### IV – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 – O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 – Valor unitário e total do item;

4.1.2 – Quantidade cotada, **não sendo aceitas quantidades inferiores ao total de cada item.**



4.2 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3– Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.3.1 - A apresentação das propostas nos termos dos subitem acima implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o **proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.**

4.4 – Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4.1 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.4.2 - Para os itens/subitens cujo critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

4.4.3 - O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.5 - Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo cumpridos os demais requisitos, a pessoa jurídica:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- g) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- h) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- i) constituída sob a forma de sociedade por ações;
- j) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade;
- l) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de **consumo**.

4.6 – A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades

adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.6.1 – O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.7 – O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.8 – Na fase de execução contratual, independentemente do prazo de duração do contrato, será utilizado o IPCA oficial como índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, nos termos da Minuta de Contrato, Anexo deste documento, exceto se outro for aplicável à parcela do objeto em questão por força de lei ou outro normativo.

## **V – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4 – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 – O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item e subitem.

5.6 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7 – O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.**

5.8 – O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de **R\$ 1,00 (um real)**, referente ao valor unitário do item.

5.9 – O licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, o que deverá ser feito de pronto no próprio sistema.

5.10 – O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **aberto**.

5.11 – Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1 – A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2 – A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3 – Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4 – Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5 – Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12 – Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado **primeiramente**.

5.14 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15 – No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.16.1 – Caso seja necessário a suspensão da sessão sem data prévia marcada para continuação, a nova data será informada aos fornecedores dos itens ainda não homologados por meio de seu e-mail cadastrado no SICAF, bem como de aposição de Aviso no quadro respectivo do Pregão.**

5.17 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18 – Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.18.1 – Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n. 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.18.1.1 – disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2 – desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.3 - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2 – Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1 – empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do

órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.2.2 – empresas brasileiras;

5.18.2.3 – empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4 – empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.18.3 – Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, pelo sistema Compras.gov.**

5.19 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.19.1 – Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.**

5.19.2 – A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.3 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3.1 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4 – O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **máximo de 2 (duas horas)**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados (Acórdão

1795/2024-TCU Plenário).

5.19.4.1 - É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20 – Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **VI – DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1 – Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n. 14.133/2021, legislação correlata e edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 – SICAF;

6.1.2 – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3 – Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2 – A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3 – Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN n. 3/2018, art. 29, caput).

6.3.1 – A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN n. 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2 – O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN n. 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3 – Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de



condição de participação.

6.4 – Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.5 – Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES n. 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6 – Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1 – contiver vícios insanáveis;

6.6.2 – não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3 – apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4 – não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5 – apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7 – No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1 – A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1 – que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2 – inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8 – Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9 – Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor desde que não haja majoração do preço

e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**6.9.1 – O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.**

6.10 – Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **VII – DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1 – Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.1.1 – A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, caso tais informações dele constem.

7.2 – Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3 – Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n. 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4 – Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.5 – Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou em forma digital.

7.6 – Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro

cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n. 14.133/2021.

7.7 – O pregoeiro deverá aferir se o licitante vencedor atende aos requisitos de habilitação, diligenciando, se necessário, para tal, e o licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n. 14.133/2021).

7.8 – Será verificado se o licitante apresentou **no sistema**, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9 – Deverá ser declarado pelos licitantes que suas propostas econômicas compreenderão a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10 – A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1 – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN n. 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11 – É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN n. 3/2018, art. 7º, caput).

7.11.1 – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (IN n. 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12 – A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1 – Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação ao pregoeiro.

7.13.1 - Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em, no mínimo, duas horas, para:

- a) a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;**
- e) suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.13 – A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1 – Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14 – Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei n. 14.133/21, art. 64, e IN n. 73/2022, art. 39, §4º):

- 7.14.1 – complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e/ou necessários para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.14.2 – atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.15 – Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de

habilitação e classificação.

7.16 – Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.17 – Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.18 – A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto n. 8.538/2015).**

7.19 – Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **VIII - DO TERMO DE CONTRATO**

8.1 - Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

8.2 - O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco)** dias úteis; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para resposta após

recebimento da notificação pela Administração.

8.4 - No caso de sua adoção, o Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

- a) referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- c) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.5 - Os prazos mencionados nesta Seção poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**8.6 - A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a assinatura do Contrato.**

8.7 - Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

8.8 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Ministério Público para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução CNMP n.177/2017.

## **IX – DOS RECURSOS**

9.1 – A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.2 – Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 – a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente **no sistema, no prazo**

**máximo por ele conferido**, sob pena de preclusão;

9.3.2 – o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciado na data do registro da intenção.

9.4 – Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, ou, na impossibilidade técnica, ao e-mail **prro-slde@mpf.mp.br**.

9.5 – O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 – Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 – O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 – O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, nos termos dispostos neste Edital.

## **X – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1 – Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 – deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2 – salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

10.1.2.1 – não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;



10.1.2.2 – recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 – deixar de apresentar amostra, se exigida;

10.1.2.4 – apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

10.1.3 – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4 – recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.5 – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.6 – fraudar a licitação

10.1.7 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.7.1 – agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.7.2 – induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7.3 – apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.8 – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.9 – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 2013.

10.2 – Com fulcro na Lei n. 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 – advertência;

10.2.2 – multa;

10.2.3 – impedimento de licitar e contratar; e

10.2.4 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a

própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 – Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 – a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2 – as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3 – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4 – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5 – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 – A multa será recolhida em percentual de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** incidente sobre o valor do item licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 – Para as infrações previstas nos itens **10.1.1 a 10.1.3**, a multa será de **5% (cinco por cento)** do valor do item licitado.

10.4.2 – Para as infrações previstas nos itens **10.1.4 a 10.1.9**, a multa será de **15% (quinze por cento)** do valor do item licitado.

10.5 – As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6 – Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 – A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **10.1.1 a 10.1.4** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.7.1 – Na dosimetria do prazo de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar serão considerados os elementos da Portaria PGR/MPU n. 178/2023.

10.8 – Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **10.1.1 a 10.1.3**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **10.1.4 a 10.1.9**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

10.9 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **10.1.3**, **caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida** e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n. 73, de 2022.

10.10 – A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 – Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12 – Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**10.13 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.**

**10.14 – A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a**

**obrigação de reparação integral dos danos causados no âmbito federal.**

**10.15 - Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações referentes à aplicação de sanções e apuração de responsabilidade serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.**

**10.15.1 - Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados, para os fins expostos no item 10.15, de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.**

## **XI – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**11.1 – Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n. 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.**

**11.2 – A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em **sítio eletrônico oficial (Portal da Transparência do MPF)** no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

**11.3 – A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos meios estabelecidos neste documento (e-mail e peticionamento eletrônico).**

**11.4 – As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.**

**11.4.1 – A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.**

**11.5 – Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.**

## **XII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1 – Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.**

**12.2 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a**

realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida **para o 1º (primeiro) dia útil subsequente**, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3 – Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**12.4 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.**

12.5 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6 – Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

12.10 – O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do MPF.

12.11 – São partes integrantes deste Edital:

- a) **TERMO DE REFERÊNCIA** (Anexo I) ;
- b) **MODELO DE PROPOSTA** (Anexo II);
- c) **MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – CNMP** (Anexo III);
- d) **MINUTA DE CONTRATO** (Anexo IV);

e) **MODELO DE DECLARAÇÃO - ME-EPP - Art.3º, §2º da Lei 14.133/2021** (Anexo V);

g) **MODELO DE DECLARAÇÃO - PROPOSTA ECONÔMICA** (Anexo VI).

Porto Velho/RO, *(data da assinatura digital)*.

ELIAS JUSTO SALVADOR

Pregoeiro

Assinado com login e senha por ELIAS JUSTO SALVADOR, em 28/04/2026 11:47. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaoodocumento>. Chave 0bf05d0a.f5c692e9.6b6777bb.5b24e23f

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA, MAPA DE PREÇOS, MAPA DE RISCOS E ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Assinado com login e senha por ELIAS JUSTO SALVADOR, em 28/04/2026 11:47. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaoodocumento>. Chave 0bf05d0a.f5c692e9.6b6777bb.5b24e23f



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA  
PGEA 1.31.000.000484/2026-11  
(Pregão Eletrônico n. 90002/2026)

Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico n. 9000X/202X, apresento nossa proposta, conforme especificado abaixo:

Dados do licitante

EMPRESA:			
CNPJ:			
ENDEREÇO:			
CEP:		CIDADE E UF:	
FONE:		E-MAIL:	
DADOS BANCÁRIOS:			
REPRESENTANTE LEGAL:			
RG:		CPF:	

Item	Quantidade (anual)	Preço Unitário	Preço Total (anual)
Camisetas PV, em cores variadas, incluindo estampa com arte sob medida, conforme Termo de Referência	780		

O fornecimento dos bens ocorrerá de acordo com as especificações contidas no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, da Procuradoria da República no Estado de Rondônia. Oferecemos garantia de qualidade e substituição dos materiais ofertados, conforme especificações técnicas do Anexo I do referido Edital.

Estão inclusos no preço todos os custos e despesas para a entrega do objeto no local indicado, tais como e sem se limitar a: **fretes**, custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos sociais.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável

Assinado com login e senha por ELIAS JUSTO SALVADOR, em 28/04/2026 11:47. Para verificar a autenticidade acesse [http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao\\_documento](http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao_documento). Chave 0bf05d0a.f5c692e9.6b6777bb.5b24e23f

# ANEXO III

**RESOLUÇÃO CNMP 172/2017**  
**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE**  
 PROCESSO 1.31.000.000484/2026-11  
 (Pregão Eletrônico n. 90002/2026)

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP 172/2017**

IDENTIFICAÇÃO	
NOME DA EMPRESA:	
CNPJ:	
NOME DO DECLARANTE:	CPF:
CARGO:	

**DECLARO**, nos termos da Resolução n. 172/2017 - Atualizada, do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação de junto à Procuradoria da República em Rondônia – PR/RO, que (marcar a opção):

( ) Os sócios desta empresa, bem como seus gerentes ou diretores não são cônjuges, companheiro(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público da União e dos Estados, ou ainda, de servidor ocupante, no âmbito Ministério Público Federal, de cargo de direção, chefia ou assessoramento; compreendido, em todos os casos, o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, consoante Resolução n. 172/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público.

( ) Os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores são cônjuges, companheiros(as) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membros e servidores ocupantes de cargo de direção dos órgãos do Ministério Público da União, abaixo identificado(s):

Nome do Membro/Servidor: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Órgão de Lotação: \_\_\_\_\_

Grau de Parentesco: \_\_\_\_\_

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Local \_\_\_\_\_, Data \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura

**ANEXO IV**  
**MINUTA DE CONTRATO**

Assinado com login e senha por ELIAS JUSTO SALVADOR, em 28/04/2026 11:47. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaoodocumento>. Chave 0bf05d0a.f5c692e9.6b6777bb.5b24e23f

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO

#### MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

**NÃO EXISTÊNCIA DE CONTRATOS CELEBRADOS COM A ADMINISTRAÇÃO  
QUE, SOMADOS, SUPEREM OS VALORES DO ENQUADRAMENTO - Art.3º, §2º da  
Lei 14.133/2021**

**PROCESSO 1.31.000.000484/2026-11**

**(Pregão Eletrônico n. 9000X/202X)**

Declaro, sob as penas da lei, que, caso concorra na presente licitação na qualidade de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, ou ente assemelhado, em se aplicando as condições de preferência da Lei Complementar 123/2006, que, no ano-calendário de realização deste certame, NÃO celebrei contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP (R\$ 4.800.000,00).

---

Local e Data

---

Empresa/CNPJ

---

Responsável

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO - PROPOSTA ECONÔMICA

PROCESSO 1.31.000.000484/2026-11

(Pregão Eletrônico n. 9000X/202X)

Declaro, sob as penas da lei, de que as propostas econômicas apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

\_\_\_\_\_

Local e Data

\_\_\_\_\_

Empresa/CNPJ

\_\_\_\_\_

Responsável

Assinado com login e senha por ELIAS JUSTO SALVADOR, em 28/04/2026 11:47. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaoodocumento>. Chave 0bf05d0a.f5c692e9.6b6777bb.5b24e23f